

Águas profundas, raízes antigas: trajetórias etnográficas pelas estearias em Penalva – Maranhão.

Lalia Diniz dos Santos Socha¹

Resumo

Em diversas partes do mundo, construções tradicionais sobre as águas revelam saberes ancestrais, enraizados em contextos de resistência e em identidades culturais diversas, frequentemente invisibilizadas pelas lógicas urbanas contemporâneas. Nessa perspectiva, o presente artigo apresenta um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo (UEMA), dedicado a investigação das múltiplas territorialidades do habitar em confluências com as águas em territórios Maranhenses (Santos, 2025). A pesquisa direciona-se por uma rota de análise diante dos percursos históricos e socioculturais desses territórios, investiga a autoprodução e autoconstrução, especificamente pelas estearias no município de Penalva — sítios arqueológicos lacustres pré-coloniais palafíticos. A investigação, de caráter etnográfico, articula revisão bibliográfica, observação de campo, entrevistas e levantamento de fontes arqueológicas. Como contribuição prática, a pesquisa resultou na elaboração de uma cartilha educativa voltada à comunidade penalvense, fortalecendo memórias e resistências locais. Espera-se não apenas ampliar o conhecimento acadêmico sobre o tema, como também evidenciar a centralidade da água na organização simbólica, espacial e cotidiana das comunidades tradicionais – em que a água não é um obstáculo a ser superado, mas um elemento vital que moldou sociedades e sustentou culturas, conduzindo a arquitetura palafítica não apenas como um objeto de estudo histórico, e sim, fonte de inspiração para novas abordagens construtivas sensíveis e que dialoguem com as águas.

Palavras-chave: estearias; palafitas; autoconstrução indígena; saberes ancestrais; Maranhão.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio (PPGARq/PUC-Rio)

Introdução

Ao direcionarmos nosso olhar para a ancestralidade, identificamos a importância dos legados transmitidos por gerações, ponto de partida significativo para a valorização de povos e culturas que dinamizaram territorialidades plurais. Essa reflexão permite visibilizar aspectos antropológicos e arquitetônicos substanciais para a compreensão do desenvolvimento das nossas atuais sociedades. A historicidade, nesse aspecto, converge para rotas de informações que trazem à superfície territórios do anonimato, concebidos por formas de produção do espaço distinta da formal ou academicamente codificada.

A autoprodução aqui é moldada por habilidades adaptativas e temporalidades próprias, não como expressão de primitivismo ou inferioridade, mas potencializadora de saberes tradicionais. Entretanto, essas práticas são constantemente inferiorizadas pela cultura urbana dominante, que tende a desvalorizar o saber e a história desses povos (Santos, 2025). Dentre os diversos meios pelos quais se expressa essa realidade, evidencia-se os ambientes em contato com as águas.

Assim, entre mares, rios e lagos, emergem as palafitas, transmitindo um modo de vida profundamente enraizado em técnicas tradicionais, que desafia os paradigmas hegemônicos de ocupação do território por sua habilidosa transformação e interação majoritariamente direta com a água. E nesse contexto evoca-se o estudo da arquitetura vernacular sobre as águas, de forma interdisciplinar.



Figura 1: A Arquitetura Vernacular Palafítica no Lago Tonle Sap, Camboja.
Fonte: Galeri Sumba, 2023.

Presente em diversas regiões do mundo, desde os lagos alpinos da Europa até os rios e lagos da América do Sul, as palafitas representam essa solução arquitetônica para a vida em ambientes aquáticos ou alagadiços. Em sua essência, as estacas ou esteios demonstram uma profunda compreensão das dinâmicas naturais e uma adequação às

adversidades climáticas e geográficas. Esses assentamentos palafíticos variam em complexidade, desde pequenas aldeias pré-históricas, quanto amplos assentamentos dinâmicos, reforçando diversidades habitacionais e aparelhamentos socioeconômicos múltiplos (Leite Filho, 2016).

No Maranhão, essa relação entre corpo, território e paisagem líquida adquire contornos particulares em que o espaço é tecido pela ancestralidade, pela experiência cotidiana e pelas resistências (Almeida, 2008). Diante disso, este artigo insere-se no território situado no município de Penalva, Maranhão. A escolha desse território se deu por sua diversidade de escalas e temporalidades, permitindo uma leitura que atravessa o tempo e as margens, conectando passado e presente.

Para isso, este artigo pretendeu identificar os percursos teóricos, históricos e socioculturais que configuram o território, como também, a análise das formas de produção do espaço e os modos de habitar em confluência com as águas em Penalva (MA); e difundir esses saberes ancestrais através de instrumentos educativos e de memória, compartilhando a cartilha produzida no âmbito da pesquisa base.

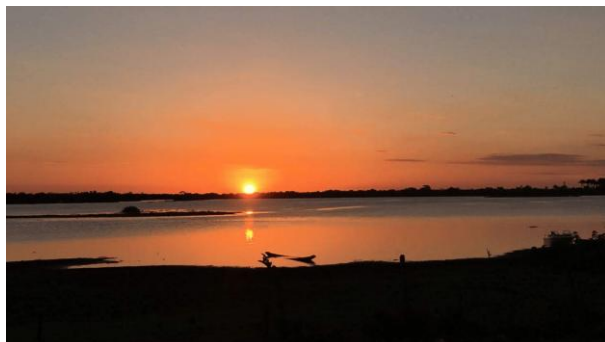


Figura 2: Paisagem ribeirinha na cidade de Penalva (MA).
Fonte: Foto Autoral, 2024.

Territorialidades Habitar e as Águas: modos de *habitar*, construir e pertencer

Ao observar o território maranhense, a linearidade e homogeneidade perdem espaço para percursos plurais, tecidos por muitos atravessamentos e marcados pela presença de diferentes povos, saberes e modos de vida que inscreveram suas marcas nas margens, nas águas e nas resistências construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, o território ultrapassa a perspectiva de delimitação espacial. Para além de um substrato material, o território é compreendido como construções – ou desconstruções – em

múltiplas escalas, sendo, portanto, segundo Souza (1995), um espaço constituído e demarcado pelas relações de poder.

Assim, o território não é o substrato em si, mas a camada relacional e dinâmica que se projeta sobre ele, reverberando campos de forças — e pode, inclusive, operar sobre superfícies não sólidas (Souza, 1995). É possível ressaltar que esse conceito ressoa na interação do espaço com dimensões em que transformações são conduzidas por ações, sejam elas através do trabalho, da habitação, ou propriamente da produção, de forma a comunicar identidades e disputas. O espaço adquire valor, uso e consequentemente resistências e pertencimentos, dialogando também com o entendimento de espaços de autonomia e de práticas sociais.

Retomando no que se refere aos territórios que não se limitam a materialidade física ou solo, ao projetar em suas análises conceituais, Souza (1995), esclarece limites instáveis, evidenciando territórios flutuantes ou móveis, presenciados em “superfície líquida, um mar territorial” (Souza, 1995, p. 98). Isso exemplifica como o território é mais sobre relações do que sobre fronteiras fixas. O que o define não é a terra firme, mas o vínculo, o domínio, a disputa, - a relação.

Logo, espaços aquáticos, como rios, lagos, e margens, também são palco da territorialização. Equivalendo território como um espaço vivido e praticado, cuja existência está intimamente ligada às formas de apropriação e produção do espaço, territórios sobre as águas são exemplos concretos de como a territorialidade pode existir sem depender do solo firme, onde a fluidez da água não anula, mas intensifica, os vínculos territoriais, desafiando concepções fixas e cartesianas de espacialidade.

Mais do que uma simples posse ou domínio, territorialidade sobre as águas envolve dimensões simbólicas, afetivas, políticas e culturais. É a forma como se experimenta, defende ou disputa um território, um conjunto de relações, práticas e estratégias por meio das quais sujeitos (individuais ou coletivos) se movimentam no cotidiano (Fuini, 2014). Em concordância, Haesbaert (2007) reitera sobre o conceito de território a acepção atribuída do poder, não somente ao contexto tradicional de poderes políticos, relacionados a dominação, como também outras formas de poderio simbólico, estabelecido pela apropriação.



Figura 3: Território Vila São José (Penalva-MA).
Fonte: Foto Autoral, 2025.

Assim, a territorialidade, “enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (Haesbaert, 2007, p.25). O território não se define unicamente por seus limites físicos, mas se compreende à luz dos processos históricos e das dinâmicas socioespaciais que o constituem. A partir desse raciocínio, compreende-se que o território, entendido como espaço-tempo, assume características múltiplas, diversas e complexas, diferentemente da concepção unifuncional que prevalece na lógica capitalista hegemônica (Haesbaert, 2005).

Dessa forma, Rogério Haesbaert (2021) contribui com a ampliação do conceito ao propor a ideia de multiterritorialidade. Essa noção reconhece a coexistência de múltiplas territorialidades, atravessadas por diferentes temporalidades, pertencimentos e resistências. No caso das comunidades lacustres maranhenses, é possível observar formas diversas de relação com a água que são, ao mesmo tempo, forma de moradia, de sustentação e de afirmação territorial. Assim, o território se revela como algo em movimento, constantemente (re)construído.

É válido ressaltar, de acordo com Pereira (2014), que considerar as territorialidades das comunidades lacustres ou ribeirinhas somente pelas relações que se tecem com os recursos naturais, no caso, o entorno das águas e a paisagem biológica, também não é o suficiente, faz-se necessário considerar múltiplas redes de poder que atravessam os modos de vida dos sujeitos que conferem sentidos específicos aos seus territórios de vida. Ao reconhecer as territorialidades como construções históricas, simbólicas e políticas, torna-se possível valorizar os modos de vida que emergem em

contextos frequentemente marginalizados pelas lógicas hegemônicas de planejamento e ordenamento territorial.

É, portanto, reafirmar que os territórios não se definem apenas por onde pisamos, mas sobretudo por onde vivemos, lutamos e pertencemos. Nesse sentido, estudar sobre o *habitar* em diálogos com as águas, por meio das *construções em palafitas* em determinados espaços lacustres no Maranhão, não é apenas analisar edificações, mas compreender modos de vida, e mais, aprender com comunidades que vivenciaram a adaptação precisa ao meio ambiente e uma interação simbiótica com a natureza (Oliver, 2006).

Neste *habitar*, encontramos a confluência que extrapola a ideia de moradia enquanto somente abrigo físico, assumindo dimensões que atravessam o corpo, o cotidiano, o território e a cultura. Como reitera Maïté Clavel (2016) “habitar, não é só ocupar um local específico” (Clavel, 2016, p. 150), e em via contrária a certa rigidez funcional que se insere o termo *habitat*, a riqueza imaginativa que envolve o *habitar* encontra-se justamente na possibilidade da criação do espaço, cercado de descobrimentos com paisagens familiares e relações quotidianas.



Figura 4: Lago do Formoso (Penalva - MA).
Fonte: Foto Autoral, 2024.

Revisitando as principais ideias aludidas pelo filósofo Gaston Bachelard (1993), o *habitar* relaciona-se diretamente a memória, como os sentimentos alojam-se em torno do modo de estar, interligados aos objetos ou atmosferas. Esse cenário é contextualizado pela noção da *poética da casa* e a importância do espaço habitado, está dentro do quadro da intimidade. A experiência do *habitar* está associada à imaginação e à lembrança. *Habitar*, nesse sentido, é também lembrar, sonhar, construir mundos internos.

Em síntese, podemos afirmar que o *habitar* envolve como o ser humano se configura e se associa no mundo, traduzindo engajamento e pertencimento (Machado-

Martins e Trotta, 2020). Assim, o *habitar* sobre – ou pelo entorno – as águas evidenciam territorialidades legítimas, moldadas por saberes locais e pela contínua reinvenção das relações entre corpo-território-rio (Salgado, 2024).

Espiralar lacustre: um percurso analítico entre tempo, habitar e resistência em Penalva (MA)

Os territórios aqui analisados estão inseridos na porção nordeste brasileira, no estado do Maranhão, áreas com uma configuração geográfica marcada por uma extensa rede hidrográfica e planícies alagáveis. Dentro desse enquadre, destaca-se a cidade de Penalva, um território, situado na porção sul da Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, influenciado pelas dinâmicas dos rios, lagos e enchentes sazonais. A região é caracterizada pelo regime pluvial de muitas chuvas no primeiro semestre do ano, após a estiagem no segundo período, uma característica da várzea amazônica.

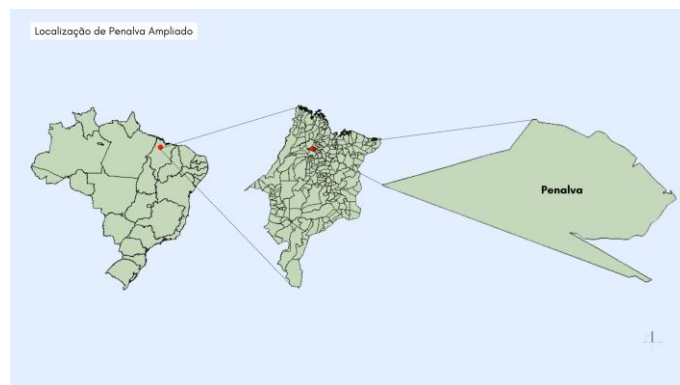


Figura 5: Mapa da localização do município de Penalva (MA).

Fonte: Santos, 2025.

Um reflexo de um Brasil ribeirinho e lacustre, como também um exemplo vivo das adaptações arquitetônicas e sociais frente as dinâmicas ambientais. O município de Penalva aprende cerca de 800,916 km² em área territorial (Brasil, 2023), a cidade abrange uma população residente aproximada de 32.511 habitantes, de acordo com o Censo se 2022, centrados na região da bacia hidrográfica do Pindaré, com ecossistemas lacustres compostos pelos lagos Cajari, Capivari, Lontra e Formoso (Correia, 2006).

Logo, as unidades de paisagens bem presentes no município, conforme constata Miranda (2006), apreciam desde campos inundáveis, expostos a sazonalidade das águas e formação de lagos temporários, como também campos não inundáveis e aterrados, esse por último formado pelo acúmulo de substratos são visualizados como os flutuantes que

configuram as chamadas ilhas flutuantes, compreendidas na localidade do Lago do Formoso.

Historicamente, a colonização da cidade de Penalva é associada à ação da Companhia de Jesus, visto que, na Baixada Maranhense, instituiu-se um número significativo de ações de catequização dos padres jesuítas (aos indígenas Gamelas e Guajajaras que já habitavam a região) juntamente aos colonos portugueses (Marques, 1970 *apud* Balby, 2021). Essa trajetória de colonização inicia-se com a Missão do Maracu ou Missão Nossa Senhora da Conceição do Maracu, no período de 1679. Somente em 1871, a localidade foi elevada à categoria de vila em 21 de junho de 1871, e em 1938, tornou-se cidade (Santos, 2025).

No tempo do governo do governador Jozé Tellez da Silva em 1785, se diligenciou domesticar huma porção de gentio Gamella, recolhido em huma povoação com o nome de Canjary, e conseguindo-se reduzi-lo á paz, se lhe dêo a denominação de S. Jozé de Penalva (Gaiosio, 1970, p. 231).

Contudo, pela nomenclatura atribuída à cidade – Penalva – a narrativa oral evidenciada na comunidade assegura uma correlação intrínseca entre a existência de muitas aves de plumagem branca nas margens dos lagos e campos, possivelmente garças, em que os povos originários, no caso, os Gamelas, se inspiraram para denominar o local, “um *índio* encontrou uma grande pena de coloração alva, surgindo da junção desses dois termos o nome Penalva (*pena* + *alva*)” (Balby, 2021, p. 86).

Todavia, o *habitar* neste território tem outras rotas, longínquas das rotas coloniais. Fontes históricas e arqueológicas – como Lopes (1924), Gikovate (1933), Marques (1970), Balby (1985), Lima (1985) e Leite Filho (2010) - evidenciam sociedades indígenas que construíram suas moradias dentro de rios e lagos penalvenses, através dos esteios, que remontam habitações palafíticas, logo, a presença dos primeiros habitantes da região, é indicada pelas datações radiocarbônicas pelo período entre 800 e 1100 AD² (Navarro, 2025).

Ademais informações sobre esses sítios arqueológicos, e dos povos das Estearias, podem ser apreendidas pelas principais pesquisas arqueológicas iniciadas através dos trabalhos coordenados pelo Museu Paraense Emilio Goeldi, tal como, pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA), e atualmente por pesquisas realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (Larq-UFMA).

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



² A.D. representa Anno Domini, equivalente à d.C., "Depois de Cristo".

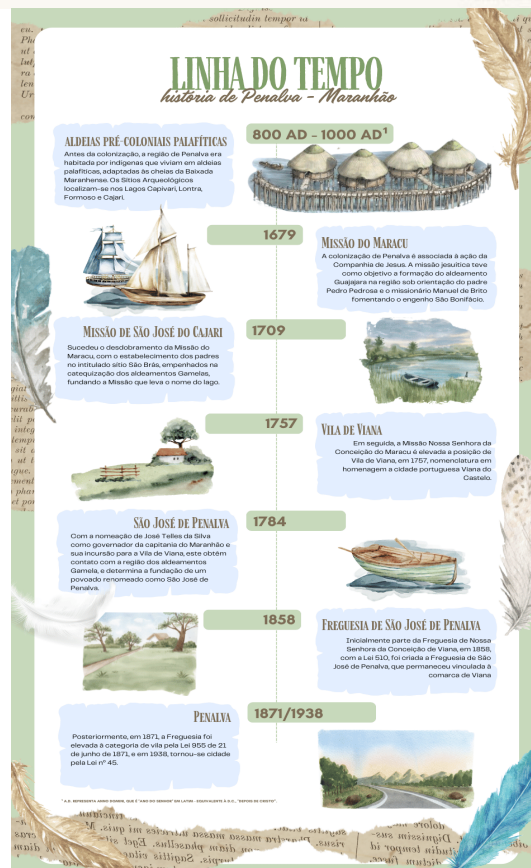


Figura 6: Linha do Tempo da Cidade de Penalva (MA).

Fonte: Santos, 2025.

Assim, os primeiros relatos sobre essas habitações na região da Baixada Maranhense estão contidos em crônicas naturalistas, obras de viajantes do período entre os séculos XVII e XVIII, como o Padre Yves D'Évreux em seus escritos “História das coisas mais memoráveis ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614” (Banhos; Navarro, 2022). Logo as Estearias de Penalva, contam sobre raízes antigas, que até então, conecta a uma ancestralidade com povos originários ainda pesquisado no atual momento.

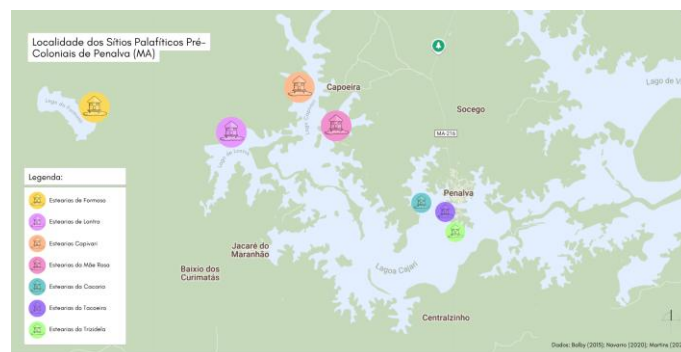


Figura 7: Mapa dos Sítios Palafticos Pré-Coloniais de Penalva (MA).

Fonte: Santos, 2025.

A descoberta de um dos principais sítios da região de Penalva (MA), a Estearia de

Formoso, é datada no período do ano de 2010, por um exímio conhecedor e morador local: Galdino Arouche (Penalva, 2024). Em pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2024, durante o período de seca na região, com a companhia do mesmo e um pescador local, obteve-se a experiência direta e as aferições fotográficas. Pôde-se observar o dimensionamento amplo do assentamento através dos esteios aparentes, assim como, a aferição dos relatos do vasto depósito de cerâmicas e utensílios no fundo do lago.



Figura 8: Localidade dos Esteios de Formoso durante a seca de 2024.

Fonte: Foto Autoral, 2024; Google Earth, 2025; adaptado pela autora.

Sobretudo, ainda há muitas incógnitas acerca desses povos, sendo possível apenas afirmar, com base nas evidências arqueológicas, a semelhança entre os artefatos encontrados no Lago do Formoso e aqueles atribuídos aos povos Marajoaras ou Tapajônicos (Navarro, 2025). Sobre a dimensão territorial, os esteios estão distribuídos em uma área de aproximadamente dois hectares, com 3218 unidades, agrupados em 14 núcleos, divididos em uma parte ocidental configurado em formato quase circular com um centro, sendo esse possível local ritualístico da aldeia (Navarro, 2023).

De acordo com Davis e Navarro (2023), há uma correspondência estatisticamente significativa do estudo espacial com a constelação das Plêiades. Essa semelhança sugere que os esteios podem ter funcionado como marcadores celestes e sazonais, orientando práticas como a pesca, a sementeira e rituais, funcionando como um calendário materializado no lago, marcando os períodos da estação chuvosa (Navarro, 2025).



Figura 9: Artefatos da Estearia de Formoso

Fonte: Fotos fornecidas pelos moradores de Penalva - MA

A partir da análise iconográfica dos artefatos encontradas no local, pelo

Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (Larq-UFMA), é identificado o xamanismo como possível prática dessas comunidades originárias. Os artefatos exibem padrões de transformação — seres híbridos, humanos em animais e vice-versa, — Navarro (2025, p.31) ressalta que “são elementos narrativos e de memória da importância do mito da cobra-canoa ao longo do tempo.”

Portanto, a territorialidade dessas comunidades e a relação intrínseca com o ambiente circundante, neste caso o Lago do Formoso, infere a confluência entre corpo-território e território-corpo alcançando as águas do lago.

Assim, o próprio rio é a metáfora de transformação corpórea, que, unido à transmutação da anaconda em uma canoa, deram sentido às cosmologias indígenas da Amazônia cuja principal característica é esta ontologia da corporalidade e seu desdobramento xamânico (Navarro, 2021, p. 19-20).

O contexto arqueológico que circunda o Lago de Formoso é fantástico e atualmente palco de uma territorialidade única. O que temos hoje é um reflexo da ancestralidade que grita pelas águas do seu lago. Há, portanto, uma continuidade territorial — não necessariamente linear ou étnica — entre o passado materializado nos esteios submersos e os modos de *habitar* que persistem no entorno do Lago Formoso. A paisagem, assim, se torna depositária de múltiplos tempos e territórios: é simultaneamente vestígio arqueológico e território vivo, ancestralidade e resistência atual.

E observando as conexões entre essas memórias, essas novas descobertas arqueológicas com relação as comunidades locais, apreciamos com uma pesquisa etnográfica riquezas únicas. Independente do tempo, Penalva conta com a técnica construtiva palafítica, a autoconstrução perto dos rios ainda é vista em alguns pontos da cidade. O uso de materiais locais ainda é muito forte, como a palha e a madeira que ainda fazem parte desse *habitar* em contexto ribeirinho.



Figura 10: Fotografias do *habitar* penalvense.

Fonte: Fotos Autorais, 2024.

A pesca é notória em cada detalhe. Pelas redes que compõem as imagens desse *habitar*, assim como as canoas, ou rabetas³, e cestas trançadas para recolher os peixes. Sendo assim, o ambiente reflete uma relação direta entre arquitetura, natureza e modos de vida lacustres, onde a organização espacial e as soluções construtivas são respostas diretas às dinâmicas ambientais da região, e o ambiente, no caso, as águas dos rios e lagos fazem parte de um protagonismo único.

E para além dos elementos físicos que compõem esse *habitar*, não podemos deixar de notar as narrativas orais que percorrem a cidade. E com elas muitos *encantamentos* que permeiam as águas. De certa forma a narrativa se interliga. Enquanto crenças, a territorialidade do Formoso é expressa pelos chamados *Encantados* (Santos, 2025). Esses seres fazem parte das narrativas locais, e entre os mistérios que existem pela região a Ilha flutuante – reconhecida como Aterrados. As comunidades acreditam na proteção que esses seres oferecem, desempenhando resistências aos sujeitos ou instituições que se contrapõem a configuração do território.

As pessoas não têm medo da ilha e a despeito do encantamento, o que elas têm é uma espécie de respeito. Ao adentrar tem que cumprimentar e pedir licença. Dizem que a ilha é como uma mãe e precisa ser respeitada (Informação verbal) [...] Os esteios são ‘lanças afiadas’, como as armas dos Tritões¹⁸⁴. Os esteios aparecem nos relatos dos pescadores como materiais que danificam as redes de arrasto, como se buscassem proteger a natureza da pesca predatória. Um deles pegou uma canoa, remou até a ilha para amarrá-la com uma corda. Ele ficou louco falando frases desconexas e morreu alucinado pouco depois (Informação verbal) (Martins, 2023, p.196).

Em campo observou-se que para a entrada e saída do Lago de Formoso era necessário o ritual de permissão, e consequentemente aqueles que adentram as águas da Estearia sem o consentimento da Ilha Encantada ou dos seres que nela habitam devem esperar o adoecimento ou morte eminente. Contudo essa riqueza está se perdendo. Uma das entoadas do Boi do Formoso já evidencia problemáticas que estão sendo aclamadas pelo povo: “o lago do formoso secou, queimou as matas que tinha fazendeiro já tomou”. O perigo bate a porte, e ameaça não somente a proteção do patrimônio arqueológico dos sítios como das populações tradicionais ribeirinhas e lacustres.

³ A rabeta é um tipo de motor de popa alongado, muito utilizado em pequenas embarcações nas regiões ribeirinhas do Brasil, especialmente na Amazônia e no Maranhão. Ela é bastante comum em canoas de madeira, pois oferece um meio de locomoção acessível e eficiente para pescadores, agricultores e comunidades ribeirinhas que dependem dos rios para se deslocar (Portal Amazônia, 2023).

E dentre essas ameaças que alertam a população local, o território atualmente convive com conflitos bem definidos: cercas elétricas nos campos alagados, criação de búfalos, devastação de juçaraís, grandes latifúndios e fazendas, além do desmatamento e queimadas criminosas (Santos, 2025). Algumas considerações importantes no que tange a essa realidade de acordo com os estudos elaborados por Santos (2018):

Em Formoso a privatização de áreas de uso coletivo tem reduzido em detrimento das ações de privatização por parte de fazendeiros e latifundiários. Essa apropriação e cercamento das acontecem nos campos, nas matas, nas margens das estradas e como mencionei antes, extrapolam os quintais dos moradores (Santos, 2018, p. 97).

A cerca extrapola o significado de objeto e transmite a relação de poder existente entre os atores sociais do território, “ela se configura como uma ameaça ao modo de ser e de viver de um povo” (Santos, 2018, p.88). Impedindo a passagem dos moradores, essa prática demarca um ato de violência. Por outro lado, a criação de búfalos nos campos alagados insere no território a problemática da contaminação das águas e do sabor dos peixes pescados no Lago devido os dejetos fecais desses animais.



Figura 11: - Paisagem pela rota de Formoso - criação de búfalos.

Fonte: Santos, 2025.

Tendo em vista que a área que envolve o território de Formoso e o seu lago por muito tempo consistia em terras e águas de uso comunitário, e recentemente, com a ação de fazendeiros e latifundiários, está sendo privatizada, as narrativas sobrenaturais, dos *Encantados*, podem ser compreendidas como formas de *resistência*. Envoltas em *encantamentos*, desaparecimentos e loucuras, as narrativas orais compartilhadas pelos moradores estimam o respeito e temor diante do risco que o território atravessa.

Em síntese, a seguir, apresenta-se o espiral temporal que propõem uma leitura não linear, fluida e interconectada, respeitando suas particularidades sem hierarquizá-los, e permitindo revelar em cada volta uma camada distinta da produção territorial dos locais analisados. Esse espiral teve como inspiração e base as produções de Martins (2021) e Salgado (2024).

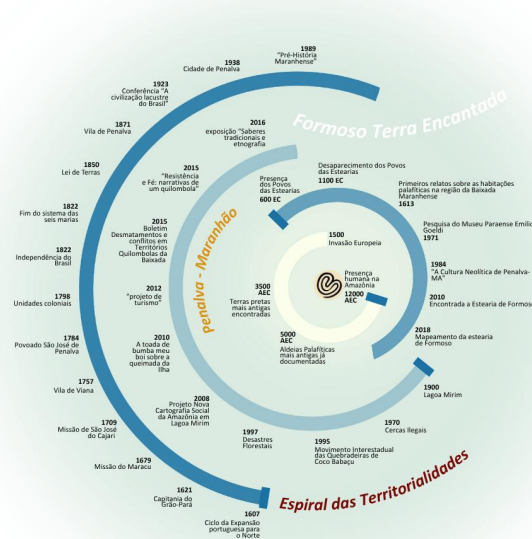


Figura 12: Espiral de Territorialidades.
Fonte: Autora, 2025.

Conclusão

Assim, percebe-se que em meio às águas de Penápolis (MA), coexistem camadas de tempo e significado: da cosmovisão ancestral registrada nos esteios submersos à luta contemporânea das comunidades por seus modos de vida. Cada território é marcado por disputas materiais e simbólicas. A paisagem não é apenas o cenário, mas a própria narrativa encarnada de um povo que habita, resiste e encanta.

Através desse percurso, busca-se contribuir para o reconhecimento de formas legítimas e plurais de modos tradicionais de habitar em comunidades lacustres, valorizando saberes locais, vínculos territoriais e práticas tradicionais vivas.

Ao longo da pesquisa, compreende-se que preservar as estearias não é apenas proteger um sítio arqueológico, mas também reconhecer as vozes e os saberes que continuam a ecoar sobre essas águas. E foi com esse propósito que se desenvolveu uma cartilha educativa, voltada para as escolas e comunidades locais — uma forma de devolver à própria população o conhecimento que ela mesma ajudou a construir.

Essa cartilha reúne de maneira visual e simples parte da história das estearias, das formas de *habitar* sobre as águas. A ideia é que crianças e jovens possam se reconhecer nesse território e entender que há um patrimônio inestimável em suas origens. A cartilha educativa visa preencher essa lacuna ao traduzir o conteúdo acadêmico para uma linguagem acessível e visualmente atrativa, facilitando o engajamento dos moradores da região. Link de acesso a cartilha: <https://cartilhaesteariaspenalva.my.canva.site/>

Assim, entre passado e presente, arqueologia e arquitetura, minha intenção foi construir uma ponte: entre o que foi e o que ainda é. Diante disso, termina-se com a certeza de que *habitar* é também lembrar, e que *lembrar* é um ato de *resistência*.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas 2008.

ARAUJO, Naíla Arraes de. **Uso e composição de valor dos aterrados da baixada maranhense**. 250 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BALBY, Raimundo. **A Cultura Neolítica de Penalva**. Penalva: SECMA, 1985.

BALBY, Raimundo. **Nos tempos do Cine Trianon**. Penalva: 2000.

BALBY, Raimundo. **Notas e fragmentos históricos**. São Luís: Ponto a Ponto Gráfica Digital, 2021.

BANHOS, Marilene.; NAVARRO, Alexandre. Guida. Palafitas e modo de vida lacustre no maranhão: relatos coloniais e naturalistas. **Gnarus Revista de História**, v. 9, p. 17-28, 2022.

BRASIL. IBGE. **Portal cidades**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/Acesso> em: 05 out. 2024.

CLAVEL, Maïté. Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 38, jan. 2016. DOI: 10.22409/antropolitica2015.0i38.a41683.

CORREIA, Jaciara de Oliveira. **Sustentabilidade dos Sistemas Agro-Extrativos de Produção da Região Lacustre de Penalva - Ma, na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense**. 2006. 95f. Dissertação (Mestrado em Oceanografia e Limnologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

COSTA, Cássio Reis. **A Baixada Maranhense**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. 1982.

DAVIS, Chistopher; NAVARRO, Alexandre. Plan of prehistoric stilt village in Maranhão Brazil may resemble the Pleiades. **Journal of Archaeological Science: Reports** 51, 2023.

FÉNELON COSTA, M. H.; MALHANO, H. B. Habitação indígena brasileira. In: RIBEIRO, D. (ed.). **Suma Etnológica Brasileira**, vol 2. p. 27-94. Rio de Janeiro: Vozes, FINEP, 1986.

FUINI, L. L. Território, Territorialização e Territorialidade: O Uso da Música para a Compreensão de Conceitos Geográficos. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 225–249, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>. Acesso em: 29 jun. 2025.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compendio Histórico Político dos princípios da lavoura no Maranhão**. São Luís, SUDEMA, 1970.

GALERI SUMBA. **Keajaiban Tonle Sap: Danau air tawar terbesar di Asia Tenggara yang menjadi tempat hunian dan mata pencaharian**. [S.l.]: Galeri Sumba, 2023. Disponível em: <https://www.galerisumba.com/pariwisata/8769452276/keajaiban-tonle-sap-danau-air-tawar-terbesar-di-asia-tenggara-yang-menjadi-tempat-hunian-dan-mata-pencaharian>. Acesso em: 4 fev. 2025.

GIKOVATE, Moysés. As esteirarias. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 64-71, 1933.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. USP, Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1a ed. **CidadeAutônoma de Buenos Aires**: CLACSO; Niterói: Projeto de Pís, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade – um debate. In: **Geographia**. Ano IX, n 17. pp. 19-45. Rio de Janeiro, junho de 2007.

LEFEBVRE, Henri. L’habitat pavillonnaire. **Centre de Recherche de l’Urbanisme**, Paris, p. 3–25, 1965.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. Arqueologia dos ambientes lacustres: cultura material, dinâmica sociocultural e sistema construtivo nas estearias da Baixada Maranhense. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, v. 25, n. 2, p. 54-99, 2016.

LIMA, Olavo Correia. Homo Sapiens stearensis. Antropologia Maranhense, **Revista do IHGM**. São Luís, v. 59, n. 9, p. 33-43, 1985b.

LOPES, Raimundo. A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.

MACHADO-MARTINS, Maíra; TROTTA, Carolina de Carvalho Gambôa. Espaço programado e espaço criado. A construção da habitabilidade em duas formas de moradia popular. **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 241.04, Vitruvius, jun. 2020 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.240/7777>>.

MARQUES, César Augusto. (1870) **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARTINS, Dayse Marinho. A "**cidade dos lagos**": narrativas ancestrais sobre as estearias no município de Penalva – MA. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Editora Cobogo, 2021.

MIRANDA, Glaciane Penha Everton. **Uso e Ocupação do Solo no Entorno dos Lagos Cajari e Formoso, Penalva - MA, APA Baixada Maranhense, e sua influência nas variáveis limnológicas**, 2006. 61 F. Dissertação (Mestrado Em Oceanografia E Limnologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

MUNIZ, Lenir Moraes. **Pescar e despescar: Uma análise do cotidiano da pesca artesanal praticada por um grupo de pescadores em Penalva- MA** 2016. 237 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

NAVARRO, Alexandre G. **Civilização lacustre do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2019.

NAVARRO, Alexandre G.; ROOSEVELT, Anna C. New evidence of the Formative in the Amazon: A stilt village culture in Maranhão, Brazil. **Boletín Antropológico**, v. 102, p. 196-224, 2021b.

NAVARRO, Alexandre Guida. A estearia do Formoso: um enclave Inciso-Pontado/Arauquinoide no Maranhão. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 166–193, 2023.

NAVARRO, Alexandre Guida. **Formoso: um lago encantado. Arqueologia das estearias do Maranhão, Amazônia Oriental**. São Luís: EDUFMA, 2025.

NAVARRO, Alexandre Guida. Navegando pelo Turiaçu: a reprodução cosmológica do rio Amazonas e o mito da cobra-canoa e sua relação com as estearias do Maranhão. **História (São Paulo)**, v. 40, e2021059, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021059>.

OLIVER, Paul. **Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Architectural Press, 2006.

PENALVA: minha cidade, minha memória, minha história. Vários autores. São Luís, MA: Genial Soluções e Inovações, 2024. ISBN 978-65-83071-12-5.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. 2014. 435f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade Federal fluminense, Niterói, 2014.

PORTAL AMAZÔNIA. **Conheça os tipos de embarcações mais usados na Amazônia**. 2023. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/conheca-os-tipos-de-embarcacoes-mais-usados-na-amazonia/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SALGADO, Victor. **Pertencer à terra, habitar com a água; Territorialidade amapaense e confluências da palafita na Vila Elesbão**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SANTOS, Jhullienny Silva. **Território de Formoso: conflitos territoriais e a construção de uma territorialidade específica**. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

SANTOS, Lalia Diniz dos. **Águas profundas, raízes antigas: trajetórias etnográficas pela arquitetura vernacular palafítica nas estearias em Penalva – Maranhão**. 2025. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-140.